

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PRESÍDIOS DO OESTE PAULISTA NA IMPRENSA ESCRITA.

Daiani Vieira da Silva, Éda Maria Góes - Geografia - Departamento de Geografia – Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

A visibilidade dada pela mídia à questão da violência ganha novas dimensões com a construção de 21 novas unidades penitenciárias no Oeste Paulista, durante o Governo Covas (1992 - 2001). Tal política penitenciária teve continuidade com seu sucessor, Geraldo Alckmin (2002 – 2006). Partindo do pressuposto de que a mídia espetaculariza acontecimentos que possuem relação com o espaço prisional, agravando a sensação de insegurança reinante na sociedade, esta pesquisa adota a perspectiva das representações sociais para analisar a cobertura da imprensa escrita regional, representada pelos jornais Oeste Notícias e O Imparcial, sobre a questão penitenciária.

Representações sociais são aqui compreendidas como

Fenômenos simbólicos produzidos na esfera pública [...] radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Esse é o espaço em que elas se incubam, se cristalizam e são transmitidas [...] Neste sentido, as representações sociais são móveis, versáteis e estão continuamente mudando. (Jovchelovich, 2000, p.40-41)

A justificativa pela escolha do jornal escrito reside no fato de o mesmo ser, através do discurso, formador/ transformador de bens simbólicos, portanto produtor de representações. Os jornais, bem como os demais meios de comunicação, irradiam mensagens dotadas de uma carga ideológica e apropriam-se dos fatos influenciando na representação do real.

As representações de presídios estão expostas nas páginas 1, 1.6 Polícia, 1.2 Charges, Artigo e Editorial, 1.3 e 1.4 Geral no jornal Oeste Notícias e, nas páginas 1, 1B, 2B, 3B, 4B, 5B, 2 A, 3 A no jornal O Imparcial. Entre as questões relativas aos presídios exploradas pelos jornais destacam-se as listadas no quadro seguinte.

Jornal	Por Tema								Jornal	Por Tema									
Oeste Notícias	Charge	Fuga/recaptura	Ressocialização	Emprego e trabalho	Tranferência	Facções Criminosas	Outros	Total de notícias	O Imparcial	Charge	Fuga/recaptura	Ressocialização	Emprego e Trabalho	Tranferência	Facções Criminosas	Outros	Total de Notícias		
	jan/04	1	2	0	0	1	0	7		11	jan/04	0	2	0	1	0	0	5	8
	fev/04	0	4	0	0	4	0	6		14	fev/04	0	2	0	4	6	1	3	16
	mar/04	0	3	0	0	2	3	6		12	mar/04	0	1	2	3	1	6	4	17
	abr/04	2	5	0	0	1	2	8		18	abr/04	0	1	0	0	0	0	3	4
	mai/04	0	3	0	0	1	0	7		11	mai/04	0	1	0	1	1	0	3	6
	jun/04	1	4	1	12	0	1	9		27	jun/04	0	1	0	22	2	1	4	30
	Total	4	21	1	12	9	6	43		96	Total	0	8	2	31	10	8	22	81

Tabela 1: Quantificação das notícias publicadas nos jornais Oeste Notícias e O Imparcial, no período de janeiro a junho de 2004. Org. Daiani Vieira da Silva.

Levantamos uma grande quantidade de notícias referentes a movimentos de organizações e manifestações políticas contra a construção de novas unidades prisionais na região, entre elas: a unidade de Caiuá, Irapuru e Marabá Paulista. Essas notícias estão quantificadas no quadro como *outros*.

Optamos por classificar e analisar as questões listadas em duas variáveis que, ao nosso entender, as englobam. Classificamos, então, as representações de fugas/recapturas, motins/rebeliões, no subitem “a presença do excepcional na construção de representações sociais”. Já as representações sobre a atuação de facções criminosas, transferências, trabalho e ressocialização classificamos como “a relação intra/extra muros”.

Entre os textos que compõem o jornal, destacamos a charge que, por sua facilidade de leitura e pela comicidade, exerce grande poder de atração sobre o leitor.

A presença do excepcional na construção de representações dos presídios foi constante durante todo o período analisado (janeiro a junho de 2004). Assim, a obscuridade característica do espaço intra – muros ganha visibilidade durante situações extremas de quebra da rotina carcerária como motins, rebeliões e fugas, construindo no imaginário social a representação de presídios sem ordem e rotina. “O que é excepcional assume assim a aparência de regra ” (GÓES e MAKINO, 2002) e a tese amplamente defendida de presídios geradores de violência é reforçada.

As notícias referentes a fugas/recapturas aparecem com mais frequência no Jornal Oeste Notícias. Com frequência são publicadas notícias referentes ao indulto concedido aos presos em virtude de datas comemorativas. Neste caso, os jornais pautam-se na lógica da previsibilidade de fugas, “facilitadas” por esses indultos, limitando-se a informar o número de beneficiados pelo indulto e a data em que os mesmos devem retornar às unidades. Nota-se a intencionalidade do discurso jornalístico de tornar ameaçador esse direito dos presos.

A realidade intra – muros tende a ser encoberta pelo véu da obscuridade, que favorece uma representação do cotidiano carcerário caracteristicamente violento predominante no imaginário social. Tal visão é sustentada pelos próprios agentes penitenciários que, ao entrarem para o sistema carcerário sofrem os efeitos da *prisonalização* (MOLINA, 1997). A lei do silêncio é um dos indícios desse contágio exercido pela prisão sobre todos os que entram em contato com ela. A gíria criada pelos presos, mas que chega às ruas também pelo uso que dela faz os agentes, é outro indício, contraditório em relação ao primeiro.

De acordo com tal “lei do silêncio”, tudo o que se passa no intra- muros, ali deve permanecer. Assim, cria-se um “monopólio e supervalorização de um suposto saber prático sobre o cotidiano carcerário” que permite aos funcionários penitenciários construir uma representação do seu trabalho como heróico, já que representado como constantemente estão expostos aos perigos oferecidos por um ambiente hostil de trabalho. A falta de visibilidade pode ser vantajosa tanto para os agentes, quanto para os presos, em certas ocasiões, mas sempre favorece a arbitrariedade e o desrespeito a lei. “Do exterior para o interior o olhar só penetra em situações excepcionais” (GÓES e MAKINO, 2002, p.173)

Um discurso muito divulgado pelos jornais foi proferido pelos agentes, na forma de reivindicações. Durante o período analisado foi noticiado um grande movimento grevista, que exigia melhores condições de trabalho e reposição salarial. Os argumentos usados pela categoria sempre giram em torno desta visão de ambiente hostil de trabalho.

Se antes os agentes expressavam a tensão e apreensão que enfrentavam durante as jornadas de trabalho, diante da possibilidade de rebeliões e motins no intra- muros, atualmente, diante da ação das facções criminosas em resposta à política de endurecimento empregada nos presídios paulistas, demonstram que essa tensão estende-se para os extra- muros.

A representação do trabalho nas penitenciárias ganha, assim, novas dimensões. Além de enfrentarem um cotidiano com jornadas de 6 a 8 horas, ao término da mesma e após fechamento dos portões fica a dúvida se voltarão ao trabalho no dia seguinte. De heróis passam a ser vistos como vítimas e, mais uma vez, a motivação de punição generalizada é reforçada.

Contraditoriamente, apesar de toda a hostilidade e riscos apresentados por esse ambiente, quando são abertas inscrições para preenchimento de vagas nessas instituições, a possibilidade de trabalhar no setor público atrai grande quantidade de candidatos que deixam de lado o temor causado por

essas instituições. Mas o entendimento dessa grande procura por vagas no setor público deve levar em conta o atual contexto sócio- econômico. A adoção de políticas neoliberais como alternativa para a crise econômica, desde meados dos anos 80 no mundo e dos 90, no Brasil, remeteu-nos ao quadro atual caracterizado por prejuízos sociais no qual estão expostas as vulnerabilidades da classe trabalhadora, que tem perdido suas garantias diante da flexibilização dos contratos de trabalho e da desregulamentação do mercado.

O aumento do número de ocupações precárias promoveu o crescimento da desigualdade social, impondo uma nova forma de exclusão social, a exclusão dos direitos concedidos por lei ao trabalhador. Com a precarização das relações de trabalho e com o aumento do desemprego, percebemos a incapacidade das políticas governamentais de reverter essa tendência. Portanto, o setor público torna-se muito atrativo por oferecer ao trabalhador garantia de estabilidade cada dia mais difícil de se encontrar em uma sociedade onde a precarização cresce a cada dia.

Identificamos também a falta de iniciativa dos jornais em discutir o que ele e o Estado entendem por ressocialização. O discurso de um dos jornais limita-se a descrever o funcionamento do Centro de Ressocialização e a mostrar como o trabalho é essencial para que se alcance a reabilitação total e a reintegração dos indivíduos no corpo social.

Mas, ao explorar uma tentativa de estupro que envolveu um preso do semi-aberto, o jornal induz o leitor a posicionar-se a favor do total isolamento dos detentos, pois o fato mostraria que os mesmos não possuem condições de convívio com os demais. É muito comum percebermos na sociedade uma aversão a qualquer direito básico concedido aos presos. O caráter punitivo permite e contribui para tal aversão.

Segundo Góes e Makino (2002), a essas pessoas que não reconhecem como legítima a concessão dos direitos básicos aos detentos falta a noção de cidadania. Entre os trabalhadores penitenciários essa tendência também se comprova e, mesmo com boa parte dos agentes tendo curso superior ou estarem cursando uma faculdade, nossos indícios sugerem que essa perspectiva não tem se alterado.

Nesse sentido é reafirmada a disputa entre agentes e presos e, da forma como está estruturada a instituição de controle social, essa disputa é cada mais reforçada, pois como já diziam Góes e Makino (2002), trata-se de apostar na potencialização da oposição historicamente construída entre esses sujeitos, que deveria facilitar o controle institucional de ambos. Assim vão se delineando as relações entre agentes e presos, fazendo com que muitos daqueles usem da violência com o intuito de corrigir os detentos com as próprias mãos.

Ao lado dos discursos referentes à punição generalizada, à visão caótica do espaço prisional e seu reflexo no espaço extra-muros, destacamos a ênfase dada pela imprensa à atuação das facções criminosas. Percebe-se que essas facções são frutos da organização dos presos como forma de resistência ao isolamento. Porém, suas ações são cada vez mais sentidas para além dos muros das penitenciárias, causando surpresa e indignação. A sociedade espanta-se e condena tais formas de organização por considerar a prisão como responsável pelo isolamento absoluto, sendo seus próprios muros símbolos desse isolamento.

No primeiro semestre de 2004, a cobertura sobre a ação das facções deu-se mais na escala territorial do que na regional, isto é, direcionou-se a outras ocorrências e facções, para além daquelas relacionadas ao Oeste Paulista e mesmo ao estado de São Paulo. Na ocasião em que o assassinato do juiz completou um ano, o discurso jornalístico serviu-se do fato para reforçar sua visão de presídio gerador de violência. Matérias que iam desde o convite para a missa de um ano até a reconstituição do crime se espalharam por todo o jornal.

No Oeste Notícias foi publicado um editorial marcado pela indignação diante da morte do juiz e da necessidade do Estado investir em segurança na região “presenteada” com o maior complexo de presídios do Estado.

As principais facções citadas pela imprensa regional foram: o PCC – Primeiro Comando da Capital e o CV – Comando Vermelho. O primeiro está ligado ao universo carcerário paulista e o segundo ao fluminense, porém, suas ações estendem-se para fora das penitenciárias. O que mais chama

atenção no período analisado é que a segunda organização criminosa estendeu suas ações, segundo a imprensa, para o espaço paulista, mais especificamente, ao Oeste Paulista.

Portanto, a cobertura da imprensa escrita regional sobre a questão penitenciária é de relevância indiscutível. Tal trabalho minucioso é imprescindível para se compreender as múltiplas representações sociais produzidas, sua dinâmica e sua importância para a vida dos moradores do Oeste Paulista.

### **Referências Bibliográficas:**

GÓES, Eda Maria. MAKINO, Rosa Lúcia. As Unidades Prisionais do Oeste Paulista: Implicações do aprisionamento e do fracasso na tentativa de isolar por completo parte de si mesma. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, n.19, p.163-176, jul./dez. 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e Poder**: A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**: A construção Simbólica dos espaços públicos no Brasil. Vozes. Rio de Janeiro, 2000

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: Intertextualidade e Polifonia. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: Diagnóstico e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

**Bolsa:** CNPq/PIBIC